

Doutorado

De Cativos a Posseiros: Conflitos e Identidades em terras de café (1888-1971)

Marcus Dezemone*

Tema de Pesquisa e Justificativa Historiográfica

O tema deste projeto de doutorado é a conformação de identidades individuais e coletivas, envolvendo atores numa fazenda que, do século XIX até meados do século XX, fez parte do que se pode chamar de grande lavoura cafeeira. Seu eixo é o estudo de dois processos que apresentam-se indissociados: o de construção, redefinição e desconstrução de uma relação social – o colonato; e, sua associação a noções de direitos. Preocupa-se em refletir sobre as relações entre a família de fazendeiros proprietários e seus dependentes, numa trajetória que inclui momentos de acomodação e desmobilização com períodos de lutas e mobilizações políticas. O foco concentra-se na centenária fazenda Santo Inácio, localizada no atual município do de Trajano de Moraes, região serrana do estado do Rio de Janeiro.¹ As possibilidades de reflexão que se pretende abrir com a pesquisa não se encerram na fazenda Santo Inácio, permitindo pensar processos na região serrana e compará-los a outros casos já estudados no país. O interesse pela temática e pelo objeto são fruto da prática de pesquisa desde 1999, primeiro como bolsista de iniciação científica pelo CNPq durante três anos no projeto “*Assentamentos Rurais em Perspectiva Comparada*”,² e, em seguida, no nível de mestrado na dissertação “*Memória Camponesa: Lutas e trajetórias na Fazenda Santo Inácio (1960-1987)*” a ser defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFF.³ O projeto de iniciação científica investigava comparativamente quatro disputas que levaram à formação de assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro no último quartel do século XX. A atuação como bolsista contribuiu com uma carga de leitura sobre o tema dos movimentos sociais no campo e familiaridade com a região investigada.

A dissertação de mestrado refletiu prioritariamente sobre a memória dos grupos camponeses da fazenda Santo Inácio. Foi constatado na referida pesquisa que esta fazenda apresenta três particularidades quando comparada às demais fazendas da região serrana. A primeira delas é a permanência do café como principal produto até pelo menos os anos 1950/1960, em contraste com as demais fazendas da região que empreenderam a substituição da produção de café pela pecuária desde a década de 1930. A segunda se refere a emergência de conflitos públicos, de grande visibilidade, entre proprietários e colonos nos anos 1960, com uma intensa mobilização destes últimos, tendo participado ativamente da criação do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município em 1964. A terceira e última particularidade, desdobramento dessas

* Doutorando do programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal Fluminense. Projeto de doutorado aprovado em primeiro lugar pela banca de História Contemporânea II, do programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, apresentado no processo seletivo 2003/ 2004.

¹ Trajano de Moraes fica próximo aos atuais municípios de Bom Jardim, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Nova Friburgo cerca de 240 km da capital do Estado do Rio (ver anexo I).

² Bolsista do CNPq no período de agosto de 1999 até maio de 2002. Ver projeto: GARCIA, Afrânio; MEDEIROS, Leonilde; GRYNSZPAN, Mario; LEITE, Sérgio (coords.). *Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental*. Rio de Janeiro/ Paris: convênio CRBC-EHESS/ CPDA-UFRJ/ CPDOC-FGV/ UFF/ Fundação FORD/ FAPERJ, 1999.

³ A defesa ocorrerá em fevereiro de 2004. O exame de qualificação foi realizado em 29 de agosto de 2003, tendo sido aprovado pela banca examinadora composta pelos professores Mario Grynszpan (orientador UFF e CPDOC-FGV), Hebe Mattos (UFF), Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ) e Verena Alberti (CPDOC-FGV).

mobilizações, é que esta foi a única fazenda da região e da “galáxia de fazendas” – na expressão de um descendente sobre as mais de 22 fazendas da família proprietária – desapropriada para fins de reforma agrária em 1987.

Durante a pesquisa foi detectada a existência de arquivos pessoais dos proprietários da fazenda Santo Inácio com correspondências entre fazendeiros da região, diários, registros contábeis, cadernetas com anotações individuais dos colonos e empregados desde do final do século XIX, localizando processos judiciais e documentos policiais desde a década de 1920, além de documentos sindicais a partir dos anos 1960. Uma breve análise de parte dessa documentação, junto da reflexão principal sobre a memória dos camponeses durante o mestrado, permitiu a emergência de questões merecedoras de investigações aprofundadas, impossibilitadas de serem desenvolvidas no escopo reduzido daquele tipo de pesquisa.

Investigar questões que sugerem tanto a relativização de teses consagradas quanto a complementariedade de produções recentes da historiografia, exige um maior investimento de pesquisa, o que somente poderia ser alcançado com um trabalho de maior fôlego. Exemplificando: da memória de proprietários e ex-colonos surgiram elementos para questionar o enfraquecimento político e econômico de cafeicultores na passagem da mão-de-obra escrava para a livre e nas primeiras décadas da república; indícios de direitos e concessões conquistados pelos ex-escravos que permaneceram nas fazendas fluminenses após a emancipação; e, um inesperado lugar privilegiado de Getúlio Vargas e dos direitos sociais na memória sobre os anos 1930-1950 de trabalhadores rurais considerados afastados dos alcances da legislação trabalhista.

Os recortes temporais foram indicados através da reflexão no mestrado sobre a memória dos envolvidos com a antiga fazenda cafeeira e a região. As investigações serão concentradas em três momentos analíticos bem delimitados. Essa proposta permitirá cobrir um recorte de longa duração iniciado com o fim da escravidão até o forte processo de mobilização e lutas ocorrido nos anos 1950/1960.

Os anos próximos a 1888, no período de passagem do cativo para o colono;

A crise dos anos 1930 com a redefinição das regras do colono;

Os anos 1950 e 1960 com a erosão das formas tradicionais de dominação precedendo intensas lutas onde os colonos passam a se identificar como posseiros – o que evidencia a desconsideração da autoridade dos fazendeiros.

Através do aprofundamento da investigação nos três momentos analíticos será possível dedicar uma pesquisa mais fina, contemplando as muitas fontes disponíveis, privilegiando processos relevantes na configuração das identidades sociais, como na passagem da identidade de “cativo” para “colono” e de “colono” para “posseiro”. Não se trata de tomar as lutas como um objeto dado, resultado inexorável, o que desembocaria numa perspectiva teleológica, mas deslocar a abordagem para um campo de alternativas construídas historicamente em que as lutas aparecem como uma possibilidade entre as múltiplas existentes, incluindo alternativas como o abandono da região ou acordos com os fazendeiros.

Cabe agora circunscrever detalhadamente os cortes temporais realçando cada um dos três momentos analíticos:

1) De Cativos a Colonos

O primeiro momento analítico da investigação começa em torno da Lei Áurea de 1888 e se estende até as primeiras décadas do século XX, período considerado pelas “teses clássicas” como de “declínio do café e decadência da agricultura” no Rio de Janeiro. Dentre inúmeros trabalhos sobre as grandes plantações de café no Rio de Janeiro e em São Paulo no século XIX e primeiras décadas da República dois autores são referências obrigatórias: Stanley Stein e Warren Dean.⁴ Stein considera que as perdas decorrentes dos recursos imobilizados na mão-de-

⁴ A obra de Stein descreve o funcionamento e organização das fazendas fluminenses na região do Vale do Paraíba entre 1850 e 1900, enquanto Dean aborda um período de cerca de 100 anos terminando em 1920 na cidade

obra escrava teriam sido decisivas para a crise da região com o fim da escravatura em 1888. Perspectiva idêntica é compartilhada por Dean. Outro autor, Boris Fausto, além do problema da mão-de-obra, destaca o esgotamento do meio físico e as tecnologias empregadas nas “novas” áreas paulistanas explicariam o “declínio das antigas áreas”.⁵

A partir das análises de Stein e Dean, um conjunto de “teses clássicas” sobre o período posterior ao “problema da mão-de-obra” defende a tese da estagnação e declínio da agricultura fluminense a partir da “decadência do café” e do esvaziamento econômico das fazendas do Vale do Paraíba em benefício da região do Oeste Paulista.⁶ Estas teses poderiam ser resumidas da seguinte forma: após 1888, os ex-escravos se tornaram colonos e mais tarde, pequenos sitiantes ou peões do gado na atividade pecuária que substituiria os cafezais; os proprietários e comissários de café que não migraram, faliram.⁷ O excedente de mão-de-obra gerado nessa passagem foi obrigado a migrar para as cidades.⁸

Os estudos da linha de pesquisa sobre o campo fluminense desenvolvidos no PPGH/UFF desde a década de 1970 abrem uma nova possibilidade investigativa: se estes trabalhos não falam em um dinamismo da agricultura, permitem apontar elementos que demonstram insuficiências na teses da “estagnação” e da “decadência”.⁹ Serão citados dois estudos que evidenciam esta afirmação. Hebe Maria Mattos relaciona a dedicação de escravos e “trabalhadores pobres” à produção agrícola na constituição de um mercado interno que geraria excedentes comercializáveis.¹⁰ Analisando dados entre 1903 e 1914 no contexto da 1ª valorização do café, Sônia Mendonça critica as “teses clássicas” pois gêneros agrícolas distintos do café permitiram o auto-abastecimento nas fazendas e até mesmo sua comercialização no estado incentivada pelos setores dirigentes.¹¹ Uma outra contribuição importante é a de Ana Maria dos Santos. Analisando o discurso dos grupos de fazendeiros dominantes, a autora abre caminho para perceber que a idéia de “decadência” era produzida diante do declínio das condições materiais e políticas dos fazendeiros, não significando, necessariamente, a “decadência da agricultura e do estado do Rio”, conforme eles defendiam, na tentativa de atração de recursos e investimentos que lhes favorecessem.¹² É possível concluir que se as políticas de valorização da produção do café não atingiram os resultados esperados pelos fazendeiros fluminenses, isto se deve muito mais a condutas e estratégias escolhidas do que ao fardo do “problema da mão-

paulista de Rio Claro. STEIN, Stanley. *Vassouras a Brazilian coffee country 1850-1900*. Cambridge/Massachusetts: Harvard Historical Studies, [1957] 1957 e DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

⁵ FAUSTO, Boris. “Expansão do Café e Crise Cafeeira”. In _____. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, Vol. 2, São Paulo: Difel, 1986. Outra obra fundamental para a formação das teses clássicas é a de TAUNAY, Afonso. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: DNC, 1943, 15.

⁶ Este processo foi descrito por Monteiro Lobato como a passagem das “ondas verdes”, transformando o ambiente social da antes próspera região em “cidades mortas”.

⁷ Seguindo as “teses clássicas”, ver CANO, Wilson. “Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)”. In: *Estudos Econômicos*. 15 (2), maio-agosto de 1985, pp. 291-306.

⁸ Ver nessa linha VERSIANI, Flávio Rabelo. “Escravos, Homens Livres e Imigrantes: notas sobre a oferta de trabalho para a indústria no período até 1920”. In: SILVA, Sérgio S. e SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da I República*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996, pp. 189-213.

⁹ Entre esses estudos que atentam às relações das grandes plantações com suas áreas destacam-se dissertações de Mestrado pelo PPGH/UFF, entre outras: GRANER, Paula. *A estrutura fundiária do município de Araruama 1860-1920*, 1985; FARIA, Sheila de Castro. *Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes*, 1986; MOTTA, Márcia. *Pelas Bandas d’ Além, Fronteira Fechada e Arrendatários escravistas numa região policultora, 1808-1888*, 1989; e MATTOS, Hebe Maria. *Ao Sul da História – lavradores e pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹⁰ MATTOS, *op. cit.*, 1987.

¹¹ MENDONÇA, Sônia. Regina de. *A Primeira Política de Valorização do Café e sua vinculação com a Economia Agrícola do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em História - UFF, mimeo, 1977.

¹² Para uma discussão mais fina ver a tese de SANTOS, Ana Maria dos. *Agricultural reform and the idea of decadence in the state of Rio de Janeiro, 1870-1910*. Austin: University of Texas at Austin, 1984.

de-obra” alçado à categoria de chave explicativa pelos partidários da tese da “decadência da agricultura”.

Investigar as variadas estratégias adotadas pelos fazendeiros fluminenses face ao “problema da mão-de-obra” pode revelar surpresas. Em 1872 a fazenda Santo Inácio foi adquirida pela empresa *Moraes & Sobrinho* formada em sociedade do Visconde de Imbé com seu tio e padraсто, o Barão de Duas Barras.¹³ No mesmo ano dessa aquisição, o Barão e a Baronesa efetuam em vida a partilha de 2/3 de seus bens. A análise da partilha demonstra uma diversificação dos investimentos do Barão, junto da intenção de repassar aos herdeiros a mesma distribuição de recursos por ele efetuada.¹⁴ Isto contrasta-se com os padrões dos testamentos e partilhas dos grande fazendeiros fluminenses à época, com seus bens excessivamente concentrados em cativos e terras.¹⁵

Destaca-se ainda que no testamento do Barão de Duas Barras, de 1873, seus 56 escravos mais antigos foram libertados recebendo a doação da “quarta parte de uma sesmaria” e pés de café. Isto parece indicar que o Barão acreditava (e desejava) a permanência dos ex-escravos em suas fazendas mesmo após a abolição. A memória familiar apresenta esta permanência como um motivo de “orgulho” no que revelaria, segundo depoimentos orais, um tratamento respeitoso dos proprietários diante dos cativos.¹⁶ Contudo, não é essa a percepção de ex-colonos e descendentes de escravos na fazenda Santo Inácio que, em depoimentos, faziam referências à “catinga do cativo” pautando as ações da família proprietária no trato com os trabalhadores livres da fazenda nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX.¹⁷

Segundo estimativas de Marieta Moraes Ferreira, viveriam nessa época cerca de 1000 escravos nas 22 fazendas da “galáxia” do Barão das Duas Barras, incluindo aí uma parcela significativa de cativos na fazenda Santo Inácio.¹⁸ A memória familiar registra a permanência de grande parte dos 1000 escravos como colonos após a abolição nas fazendas da região.¹⁹ Alguns depoimentos orais coletados mencionam melhorias materiais nas condições de vida dos colonos nessa época.²⁰ Uma possibilidade é que estas melhorias se devam à comercialização da produção excedente de cultivos de subsistência conforme indicação de Hebe Maria Mattos.²¹ Isto vai ao encontro da recente produção historiográfica sobre o período que aponta como as disputas entre senhores para garantir mão-de-obra envolviam certas concessões tais como o direito a plantações de subsistência, confirmando os apontamentos de trabalhos como o de Maria Helena Machado e

¹³ *Collectoria de Rendas Geraes de Cantagallo*, Imposto de transmissão de propriedade, 16/08/1872. Acervo da Fazenda Santo Inácio.

¹⁴ 1/3 dos bens correspondia a terras, escravos e pés de café; 1/3 em dívidas ativas do dinheiro que emprestava para outros cafeicultores através da empresa *Moraes & Sobrinho* e 1/3 restante com dinheiro em caixa em bancos ou casas comissárias. Além disso, a mesma distribuição é deixada, isto é, 1/3 em terras escravos e pés de café, 1/3 em dívidas ativas e 1/3 em dinheiro em caixa. É possível perceber nesta estratégia de diversificação das atividades econômicas, a preocupação (e a preparação) do Barão e de seus descendentes com a extinção do trabalho escravo que se aproximava desde 1850 com a Lei Euzébio de Queirós, aumentada em 1871 com a Lei do Ventre Livre. Partilha do Barão e da Baronesa de Duas Barras, 1872. Acervo da Fazenda Santo Inácio.

¹⁵ Ver FERREIRA, Marieta de Moraes e LEAL, Carlos Eduardo de Castro. “Cinco Séculos de Alianças”. In *Os Barões do Café*. Rio de Janeiro, mimeo, 2001, p. 146-147.

¹⁶ FERREIRA e LEAL, *op. cit.*, 2001, p. 150.

¹⁷ Depoimento de ex-colonos e ex-empregados da fazenda Santo Inácio. Ver, principalmente, Sr. Binó, negro descendente de ex-escravos de cerca de 100 anos, em 09/09/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ.

¹⁸ FERREIRA e LEAL, *op. cit.*, 2001, p. 147. Esta permanência de cativos teria ocorrido na “galáxia de fazendas”, a já mencionada expressão de um descendente do Barão, para o conjunto formado, além da Santo Inácio, pelas fazendas Barra, Bonança, Boa Esperança, Canteiro, Coqueiro, Córrego Alto, Engenho da Serra, Engenho Velho, Freijão, Glória, Grama, Monte Café, Neves, Olaria, Paraíso, Ribeirão, Dourado, Rio São João (em Minas Gerais), Sant’Alda, Santa Maria do Rio Grande, São Lorenzo e Sobrado.

¹⁹ Stanley Stein afirma que o mesmo ocorreu em Vassouras. STEIN, *op. cit.*, 1957.

²⁰ Depoimentos diversos, principalmente, Sebastiana Teixeira, em 15/08/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ.

²¹ MATTOS, *op. cit.*, 1987. Outra possibilidade é que a ferrovia existente no município, que passava nas terras da Santo Inácio e era de propriedade dos seus fazendeiros, contribuiu para o escoamento da produção.

Hebe Maria Mattos.²² Posteriormente, este “direito das plantas” é estendido aos demais colonos, além dos ex-escravos, como os imigrantes e demais homens livres da região que chegariam na Santo Inácio por volta das duas primeiras décadas do século XX. Essa chegada de imigrantes é positivamente valorada na memória familiar dos atuais descendentes de proprietários como o momento em que “os ‘escravos’ saíram e houve uma importação de colonos italianos”.²³

A autoridade das famílias dos fazendeiros sobre a mão-de-obra não se extingue com o fim da escravidão durante a I República (1889-1930), como na interferência na participação eleitoral com o “voto de cabresto” nos “currais eleitorais” analisados por Victor Nunes Leal²⁴ e o “cativeiro da terra” – a dificuldade de acesso direto à terra por meio da compra feita por ex-escravos e homens livres pobres, na expressão de José de Souza Martins.²⁵ Mas o fim da escravidão não pode ser encarado como uma medida que não produziu efeitos.²⁶ Mesmo com a indicação de que a abolição não impôs perdas tão significativas aos fazendeiros da Santo Inácio, num sentido contrário ao afirmado pelas “teses clássicas”, as relações entre a família proprietária e a mão-de-obra tiveram que ser modificadas pois tratavam-se de homens juridicamente livres (ex-escravos, mestiços e brancos pobres) com noções sobre seus direitos. Este processo incorporava os novos tempos republicanos mas, no entanto, não excluía elementos de continuidade com o passado escravista como a “catinga do cativeiro” que se manifestava, por exemplo, no tratamento conferido aos colonos nas “turmas” – prestação integrante do contrato de colonato, necessária para residir e trabalhar na fazenda.²⁷ Cada *turma* era formada por dez a quinze colonos que trabalhavam sem remuneração nas terras do fazendeiro por dois dias semanais. Conclui-se que a utilização das fazendas pelos colonos para trabalho e moradia ligava-se a negociações entre estes e os proprietários, que, embora em menor intensidade, deles dependiam, sobretudo para a continuidade da atividade econômica e de seu poder e prestígio político na região.

2) Redefinindo o Colonato

O segundo momento analítico da investigação inicia-se com crise internacional atravessada pelo capitalismo e seus efeitos no mundo rural brasileiro nos anos 1930.²⁸ A literatura aponta sucessivos problemas atravessados pelos grandes proprietários rurais em todo o país, em especial os fazendeiros de café, quadro agravado com a queda dos preços dos produtos agrícolas após a II Guerra Mundial.²⁹ Na região serrana fluminense, está crise não é percebida

²² Ver MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro; editora UFRJ, EDUSP, 1994. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

²³ Depoimento do General José Antônio de Moraes, em 25/05/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ. Ao que tudo indica, a chegada de imigrantes ocorre de duas a três décadas após a emancipação, mas nesse relato, em especial, essa dimensão cronológica é perdida afirmando que a chegada de imigrantes se deu logo após 1888.

²⁴ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Alfa Ômega: São Paulo, [1948] 1975. Ver também CARVALHO, José Murilo de. “Coronelismo”. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (org.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; CPDOC/Finep, vol. II, 1984.

²⁵ MARTINS, José de Souza. *O Cativeiro da Terra*. Hucitec: São Paulo, 1979. Existem interpretações que divergem de Martins acerca dos efeitos da Lei de Terras de 1850. Cf. MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

²⁶ Algumas análises, notadamente aquelas que priorizam o econômico com ênfase nas relações capitalistas ou na escassez de mão-de-obra, chegam a minorar os efeitos políticos e simbólicos da emancipação. Ver SAES, Flávio A. M. de. “O término do escravismo: uma nota sobre a historiografia”. *Estudos Econômicos*. 12 (3), dezembro de 1982, pp. 29-40.

²⁷ Este arranjo indica semelhanças com o observado no sistema da morada no Nordeste. Pretende-se aprofundar essa comparação durante a pesquisa. Cf. HEREDIA, Beatriz. *Morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

²⁸ Sobre a crise de 1929 ver ARRUDA, José Jobson de Andrade. “A crise do capitalismo liberal”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste (org.) *O Século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 11-34.

²⁹ cf. BACHA, Edmar. *150 anos de café*. Rio de Janeiro: Marcellino Martins/ Johnson Exportadores, 1992. CAMARGO, Aspásia. *A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)*. In FAUSTO, Boris. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, 3º Vol. São Paulo: Difel, 1986. GARCIA, Afrânio e

somente em termos econômicos, mas também políticos. As profundas mudanças no panorama nacional após a Revolução de 1930, levam ao deslocamento do eixo político fluminense da região cafeeira para o norte do estado, com a perda da influência e prestígio dos cafeicultores em benefício dos grandes plantadores de cana-de-açúcar. Membros da família proprietária, aliados de políticos expressivos na I República como Nilo Peçanha, são cassados e acabam por afastar-se da vida política estadual e nacional.³⁰ É nesse período que as relações sociais são redefinidas no sistema de colonato, mantendo-se até pelo menos fins dos anos 1950.

Dentre as novas bases elaboradas está o surgimento na fazenda Santo Inácio de um barracão – depósito e armazém nas grandes plantações onde os colonos adquiriam produtos.³¹ Com o barracão, os fazendeiros disponibilizavam itens freqüentemente adquiridos pelo abatimento dos pagamentos devidos aos colonos, o que na prática, pelos altos preços cobrados, invertia a relação de pagamento levando ao endividamento dos colonos diante dos fazendeiros. Isto resultava na imobilização da mão-de-obra e no seu isolamento no interior da fazenda. Além do barracão, os depoimentos orais revelam que na fazenda Santo Inácio os cultivos de subsistência como a cana-de-açúcar passaram a constar nas obrigações do colono através da meia que correspondia, apesar do nome, ao pagamento em espécie de 10% da produção aos proprietários, somando-se a entrega da metade da produção de café. O “direito das plantas” anteriormente conquistado seria mantido contudo com algumas limitações.

Os abalos sofridos a partir de 1930 na fazenda Santo Inácio não acabaram com a dedicação à grande plantação cafeeira, mas alteraram as bases do colonato, o que permitiu, para os proprietários, a superação das crises, fornecendo um novo impulso para a manutenção do sistema por pelo menos mais 20 anos. Por outro lado, através da reflexão diante de depoimentos orais, percebeu-se que durante essas crises, por motivos que ainda merecem ser investigados, engendraram a migração de parte considerável dos descendentes de ex-cativos. Isto propiciou a chegada de pessoas vindas de outras regiões para trabalhar na fazenda em substituição à parcela do primeiro grupo de colonos – descendentes de ex-escravos e também alguns dos imigrantes das primeiras décadas do século XX.³² Essa é uma ocasião onde provavelmente observaram-se conflitos entre proprietários e colonos. A questão investigada seria então entender por que, aparentemente, estes conflitos não tiveram maior visibilidade.

Paradoxalmente, o período dos anos 1930-1950 também é marcado na memória coletiva dos camponeses de Trajano de Moraes com um lugar privilegiado para Getúlio Vargas e a legislação trabalhista, conforme sintetizado nas palavras de um ex-colono, liderança entre os atuais assentados:

"Eu conheci vários governos. Conheci o Washington Luís, (...) Era o governo que mandava tirar das telhas da casa e botar o povo na estrada, era o governo que mandava tirar a mudança de dentro de casa jogar lá na estrada. Depois o Getúlio Vargas veio, pegou e criou essa lei trabalhista. Nós agradecemos muito e devemos ao Getúlio Vargas. A legislação trabalhista está sendo desmontada. Getúlio Vargas foi o rei, foi o homem que abriu o caminho de todos..."³³

PALMEIRA, Moacir. "Rastros de Casas Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro". In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio (orgs.). *Brasil: Um século de Transformações*. 1º Ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

³⁰ Para a atuação dos fazendeiros da região serrana na política fluminense e nacional na I República, ver FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A república na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. Para o processo de mudanças na política nacional e sua interferência na política local e na família proprietária, a trajetória de José de Moraes (falecido em 1962) é emblemática: deputado federal eleito em 1924, 1927 e 1930, tem o mandato cassado com a Revolução, abandona a vida pública e passa a dedicar-se às atividades agrícolas. FERREIRA e LEAL, *op. cit.*, 2001, pp. 166-167.

³¹ Sobre o barracão ver PALMEIRA, Moacir. *Feira e Mudança econômica*. Simpósio de Pesquisas do PPGAS. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1970, mimeo.

³² Ver entre outros relatos o de Sebastiana Teixeira, em 15/08/2001. Acervo do CPDA-UFRRJ.

³³ Depoimento de Álvaro Roldão, em 01/06/2000. Acervo do CPDA-UFRRJ.

Tradicionalmente, esse destaque recorrente nos depoimentos seria pensado através do referencial do “populismo”, o que se demonstrará ser uma tarefa de limitada capacidade explicativa. Em primeiro lugar, recentes trabalhos têm efetuado contundentes críticas ao conceito de “populismo”, tão largamente utilizado por inúmeros cientistas sociais. As críticas iniciais centram-se no questionamento da relação de manipulação pura e simples das massas pelo líder carismático na cidade, o que atribuía uma excessiva passividade aos segmentos populares.³⁴

Um segundo problema é que a historiografia tradicional sustenta a tese do afastamento dos camponeses do recebimento das “benesses populistas” pela “opção do Estado” na manutenção “das bases sociais e econômicas da dominação” das oligarquias rurais que teria ocorrido em troca de “uma espécie de compromisso tácito entre elas [oligarquias rurais], o governo e a burguesia industrial”.³⁵ Opondo-se a esta perspectiva trabalhos inovadores como o de Vanderlei Vazelesk Ribeiro preocuparam-se com a “voz tênue, porém audível” de trabalhadores rurais não sindicalizados em processos judiciais. Estes buscavam apoiar-se no Estado através da Justiça para manter o que julgavam seus direitos. O autor defende a existência de um projeto da burocracia do Estado Novo (1930-1945) de extensão dos direitos sociais para o campo que esbarrava na oposição das oligarquias rurais.³⁶ Na trilha da metodologia da história oral existem trabalhos também inovadores como o de Maria Lourdes Mônaco Janotti sobre o imaginário popular sobre Vargas e a parceria de Angela de Castro Gomes e Hebe Maria Mattos. Em especial este último artigo aponta a apropriação por descendentes de ex-escravos do discurso oficial produzido no Estado Novo que associa Vargas à “verdadeira emancipação do cativo”.³⁷

Ao contrário da maior parte da produção acadêmica que insiste na existência de um fosso separando os trabalhadores do campo e a legislação trabalhista, o impacto da Consolidação das Leis do Trabalho (1943) no mundo rural é importante na solução jurídica de conflitos. As ações de trabalhadores do campo contra seus patrões foram muito mais comuns do que se imaginava, contudo, é necessário uma maior divulgação das pesquisas existentes bem como a realização de outras para melhor compreender os alcances e limites das leis trabalhistas no campo, um dos objetivos desse projeto.³⁸ Por hora, é possível destacar que as ações judiciais dos lavradores que baseavam-se na CLT e no Código Civil de 1916, e o acolhimento dessas demandas pela Justiça, tanto a do Trabalho (Especial) quanto pelas Varas Cíveis (Comum), em função da inexistência do vácuo jurídico no ordenamento brasileiro, revelam a *circularidade* de informações que pode contribuir para melhor compreender o porquê desse lugar privilegiado de Getúlio Vargas na memória de camponeses no período.³⁹ É curioso que, dependendo do

³⁴ GOMES, Angela de Castro. “O Populismo e as ciências sociais no Brasil. Notas sobre a trajetória de um conceito”. In *Tempo*. Rio de Janeiro: Relume-dumará, Vol. 1, nº 2, dezembro, 1996; republicado na coletânea organizada por Jorge Ferreira, que se aprofunda nas críticas: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

³⁵ Nessa concepção tradicional ver entre outros MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 6 ed. São Paulo: Difel, 1984, p. 277-8

³⁶ RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a Roça: a questão agrária no Estado Novo*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2001.

³⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. “O imaginário sobre Getúlio Vargas” e GOMES, Angela de Castro e MATTOS, Hebe Maria. “Sobre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas”. Ambos os artigos encontram-se na *Revista da Associação brasileira de História Oral*, Nº 1, junho de 1998, respectivamente pp. 91-119 e pp. 121-143.

³⁸ Cf. PRIORI, Angelo. *Legislação social e sindicalismo: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963)*. Assis: Pós-História, v.3, 1995, pp. 223-227 e WELCH, C. *Rural Labor and the Brazilian Revolution in São Paulo, 1930-1964*. Ph.D. dissertation, Department of History, Duke University, 1990. Ambos são citados em LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro, Campus, 1998.

³⁹ Sobre a *circularidade* de idéias referentes à política e aos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores urbanos ver a análise da carta de 1941 remetida a Vargas (que personificaria o Estado) por um camponês:

grupo camponês e da região estudados, a presença dos direitos sociais nos depoimentos orais, ainda que marcante, é balizada em outras referências. É este o caso da Zona da Mata de Pernambuco onde os marcos fundamentais são o *Estatuto do Trabalhador Rural* de 1963 e o governo João Goulart (1961-1964).⁴⁰

3) De Colonos a Possesiros

A mobilização política na região nos anos 1960 é o último momento analítico que encerra este projeto. Ressalta-se novamente que o período que vai até a desapropriação da fazenda Santo Inácio (1987) já foi objeto de detalhada pesquisa na dissertação de mestrado.⁴¹

Os estudos acadêmicos existentes apontam que a partir da década de 1950, depois da maior parte das fazendas da região serrana fluminense, a fazenda Santo Inácio empreende a substituição da produção cafeeira pela pecuária extensiva.⁴² Estima-se que até os anos 1950, moravam e trabalhavam na Santo Inácio um total de mais de cem famílias de colonos.⁴³ A substituição dos cafezais pela pecuária foi amplamente difundida na região, entre outras coisas, com o intuito de assegurar a legitimidade da posse de grandes áreas pelos proprietários tradicionais. Entre os desdobramentos dessa prática, destaca-se a desagregação das relações de colonato, levando a uma grande quantidade de trabalhadores rurais que não foram absorvidos pela pecuária.⁴⁴ Em Trajano de Moraes, os antigos colonos, agora desempregados, se viram obrigados em sua maioria a migrar para as cidades. A situação foi tolerada por um curto período de tempo, mas as tensões foram se exacerbando e o conflito entre trabalhadores rurais e proprietários aumentava na medida que os primeiros recusavam-se a deixar seus sítios.⁴⁵ Alguns decidiram permanecer na terra, resistindo nos lotes que já ocupavam, intensificando o plantio de banana para comercialização – produto excluído da meia. A banana, definida legalmente como “bem de raiz”, aumentava os valores das indenizações por benfeitorias em caso de despejo, conforme estipulado no Código Civil de 1916. Isto pode indicar, a exemplo de outras regiões no estado do Rio de Janeiro, a presença anterior de advogados e militantes políticos, bem como de religiosos católicos progressistas.⁴⁶

Este processo de resistência é fundamental para entender a participação decisiva de colonos da fazenda Santo Inácio na criação do Sindicato Rural de Trajano de Moraes (STR) em janeiro de 1964, com a comprovada presença de militantes de esquerda do PCB (Partido Comunista Brasileiro).⁴⁷ Com o golpe civil-militar de 1964 o sindicato é fechado, suas principais lideranças presas, perseguidas e um membro do PCB nunca mais foi localizado.⁴⁸ Com o fechamento do sindicato e a repressão, observa-se a presença pouco investigada da Igreja

FERREIRA, Jorge. “José e os Sírios: opressão social e cultura política camponesa”. In: *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997, pp. 57-66.

⁴⁰ Destaca-se a reflexão dos pesquisadores do PPGAS- Museu Nacional da UFRJ sobre o caso pernambucano. Por todos, ver SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. Pretende-se explorar esta comparação na pesquisa.

⁴¹ Para um balanço historiográfico bem como a investigação do período ver DEZEMONE, *op. cit.*, 2004.

⁴² Por exemplo, PINHEIRO, Diógenes. *Sindicatos e associações em Trajano de Moraes- RJ. Um estudo sobre a diferenciação da representação política dos pequenos produtores nos anos 80*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 1993.

⁴³ PINHEIRO, *op. cit.*, 1993 e depoimentos orais diversos.

⁴⁴ LEITE, Sérgio e MEDEIROS, Leonilde. “Luta por terra e assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro”. In: _____ e _____. (Org.). *A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas*. Porto Alegre: UFRS e UFRJ - CPDA, 1998.

⁴⁵ PINHEIRO, *op. cit.* 1993.

⁴⁶ É o caso da Baixada Fluminense analisada por GRZYNSZPAN, Mario. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 1987.

⁴⁷ Cf. *Ato Histórico de fundação do Sindicato Rural de Trajano de Moraes*, gestão 2001, disponível na sede do STR de Trajano de Moraes.

⁴⁸ Não foi encontrado na pesquisa de mestrado nenhuma ficha ou documento nos órgãos repressivos que fizesse referência ao militante Júlio Oliveira. Ele pode ter utilizado um nome falso, fugido, ou sido assassinado.

Católica no campo nas décadas de 1960 e 1970, quando comparada à produção acadêmica sobre as Ligas Camponesas na década de 1960 e o PCB nas de 1960/1970.⁴⁹ A reabertura do STR ocorreria na década de 1970, articulando a proposta do governo de extensão dos direitos sociais aos trabalhadores rurais (sobretudo a previdência social, pois o sindicato seria o órgão responsável pela implementação da previdência rural), e a luta pela terra.⁵⁰

Esta luta se daria nos conflitos judiciais arrastados da década de 1970 até 1984, evidenciando o desgaste da dominação tradicional, visto que os proprietários também são obrigados a agir pela via do Judiciário, mesmo num período de restrições democráticas.⁵¹ A estratégia dos trabalhadores apoiada pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) e pela FETAG-RJ (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro) conjugava a demanda judicial com a mobilização através de protestos articulados com outros camponeses nas cidades da região e na capital do estado. Estas entidades insistem, desde da década de 1970, através de advogados e militantes, na criação de uma imagem pública dos colonos como “posseiros” – o que, do ponto de vista jurídico, eles nunca foram.

Em 1984, os “posseiros” são derrotados na via judicial. A CPT e a FETAG-RJ, diante da possibilidade de despejo dos “posseiros”, insistem na intervenção do INCRA. Numa conjuntura marcada pela redemocratização do país e pelo PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) do governo Sarney (1985-1990), em abril de 1986, o INCRA inicia o processo administrativo que culmina na desapropriação da fazenda.⁵²

Mesmo tendo analisado este terceiro momento na dissertação de mestrado, ele será retomado. O que se busca aqui, em nível de doutorado, é entender como emergiram estes conflitos diante das diversas possibilidades que se apresentavam. As identidades vinculadas aos conflitos não são produto de relações de trabalho exclusivamente econômicas, mas relações constituídas e redefinidas por constantes tensões manifestadas com maior ou menor abertura e visibilidade. Contudo, tanto as tensões menos evidentes que perduraram por mais tempo quanto os conflitos coletivos abertos e suas relações com as formas de mobilização nos anos 1960 ainda apresentam-se como territórios a serem melhor explorados.

Relevância e Viabilidade

Além da relevância historiográfica já evidenciada na seção anterior, pela contribuição que pretende trazer no preenchimento de lacunas historiográficas e da complementação das trilhas abertas por recentes pesquisas, outro aspecto que justifica a realização desse projeto são suas diferenças diante das tradicionais maneiras de se pensar o campesinato.⁵³ Ainda hoje as

⁴⁹ Sobre as Ligas Camponesas duas leituras obrigatórias: JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962 (Cadernos do Povo Brasileiro, 1) e AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁵⁰ Esta ação dos camponeses no período contrasta-se com a percepção dos movimentos de esquerda, sobretudo entre artistas e intelectuais, de que o “camponês”, o “homem do campo”, seria o agente privilegiado para implementar transformações sociais nesse período. Cf. RIDENTE, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2000, em especial capítulos I, II e III.

⁵¹ Em 1971, o coronel do exército José Antônio Barbosa de Moraes (atualmente general), descendente e representante dos proprietários, é autor de uma Ação de Reintegração e Posse movida contra os colonos alegando o fim do contrato de colonato. Em resposta, os colonos movem contra os proprietários uma Ação de Manutenção de Posse cumulada com pedido de Indenização, afirmando que os conflitos com os proprietários eram constantes, intensificando-se em 1969 com a retirada de cercas, invasão de gado e destruição de plantações, por ordem do então coronel. Julgada improcedente sua demanda, o coronel insiste e propõe uma Ação de Despejo.

⁵² Processo Administrativo da fazenda Santo Inácio. Sede do INCRA-RJ.

⁵³ Não está em jogo aqui a extensa discussão conceitual sobre o termo “camponês”. Sobre esse debate, ver o verbete de SHANIN, Teodor. “Campesinato”. In: BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996, pp. 54-57. Um balanço do debate na Antropologia Social norteamericana pode ser encontrado em SILVERMAN, Sydel. “The peasant concept in Antropology”. In: *The Journal of Peasant Studies*. V. 7, n. 1, 1979, pp. 49-69. Por fim, aspectos referentes à metodologia e à carga política do

interpretações sobre os camponeses e suas posturas políticas são permeadas por preconceitos urbanos compartilhados por inúmeros intelectuais. As raízes dessas posturas estão fincadas no pensamento Ilustrado do século XVIII. O Iluminismo, gerado numa sociedade de Antigo Regime, portanto ciosa de suas diferenças sociais, culturais e políticas, acaba por desenvolver uma visão pejorativa diante do campesinato onde o camponês não teria condições de possuir opiniões próprias e de participar da vida política.⁵⁴

Esta atitude está na base da reprodução do discurso dos revolucionários franceses sobre a Revolta da Vendéia (1793-1796). A sublevação camponesa demonstraria a essência do “conservadorismo camponês” e a revolta foi taxada de “contra-revolução”, ligada ao “atraso” em oposição ao “progresso” dos revolucionários. Desde então, o recurso a essa imagem foi comum entre intelectuais “progressistas” e militantes de “esquerda”. O que há de comum nessa postura é o desejo camponês de retorno ao passado, associado à religião e à tradição, defendido ardorosamente quando contraposto à mudança.⁵⁵ Esta perspectiva consagrada somente seria questionada em 1960, após a obra inovadora *Paysans de l'Ouest*, estudo monográfico do historiador Paul Bois que empreendia uma crítica contundente ao julgamento da Revolta da Vendéia. O ímpeto da insurreição teria sido contra a expropriação e em defesa da autonomia camponesa, contrário à introdução de práticas capitalistas, e não monarquista ou eclesiástico, conforme a versão dos revolucionários.⁵⁶ No entanto, os reflexos do preconceito citadino e da representação das revoltas camponesas simbolizando o atraso ainda perdurariam.

Assim, ao longo do século XX um conjunto de análises sobre as mobilizações políticas dos camponeses enfatizou em menor ou maior intensidade o *conservadorismo* e o *reacionarismo*, numa aversão à mudança e transformação social que seriam típicas desta classe. Destacam-se nessa linha os estudos na *tradição marxista* inspirados nos escritos de Marx e Engels e na “sentença de morte” de Karl Kautsky que preconizava a extinção do campesinato.⁵⁷ Em meio a

conceito: CARDOSO, Ciro Flamarion. “Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas”. In: CHEVITARESE, André (org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: FAPERJ, 2002, pp. 19-38.

⁵⁴ Isto fica patente quando se pensa o Iluminismo, por exemplo, a partir de Voltaire (exclusivamente para o texto de Voltaire, ver GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 31-32). Apesar de ser um movimento apresentado como símbolo do avanço da razão, da ciência e da defesa da liberdade de expressão, o Iluminismo acaba reiterando algumas das diferenciações no âmbito do Antigo Regime, reafirmando a superioridade das elites letradas “civilizadas” das cidades diante de camponeses considerados “selvagens” que apresentavam uma racionalidade distinta.

⁵⁵ Antes de outubro de 1917, Lenin comparou os cossacos aos *chouans*, os camponeses insurrectos da Vendéia (cf. Lenin, V. “Conselho de um Ausente.” In: FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. Lisboa: Dom Quixote, 1975, documento 15, p.115). Na Guerra Civil Russa (1918-1921), a pecha foi utilizada contra os descontentes diante das medidas do governo bolchevique no Comunismo de Guerra: ao falar da Rússia dos Soviets, Trotsky, Martov, Zinoviev entre outros fizeram inúmeras referências a Vendéia. (cf. TROTSKY et alii, *A Comuna de Paris*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968). Até recentemente, historiadores mexicanos dispensavam o mesmo tratamento aos *Cristeros*, camponeses católicos sublevados contra medidas anti-clericais na segunda metade dos anos 1920 (Cf. TOURRAINE, Alain. *Palavra e Sangue*. São Paulo: Unicamp, 1988, p. 118). No Brasil, Euclides da Cunha antes de *Os Sertões* (1902) relatou Canudos como “a nossa Vendéia”, exaltando às forças da República proclamada em 1889 que seria a “nossa revolução” (cf. GRYNSZPAN, Mario. “Da Barbárie à Terra Prometida: o campo e as lutas sociais na história da República”. In: GOMES, Angela de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves e ALBERTI, Verena (org.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002).

⁵⁶ BOIS, Paul. *Paysans de l'Ouest: des structures économiques et sociales aux options politiques depuis l'époque révolutionnaire dans la Sarthe*. Paris: Flammarion, 1971.

⁵⁷ Ver o *Manifesto do Partido Comunista* [1848] e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* [1852] onde os camponeses são apresentados como incapazes de articular objetivos comuns num autêntico “saco de batatas” In: MARX e ENGELS, *Obras Escolhidas*. 3 vol. São Paulo, Editora Alfa Omega, s/d. Vol. I, p. 277. Sobre a “sentença de morte” de Karl Kautsky (1854-1938) ver KAUTSKY, Karl. *A Questão Agrária*. São Paulo: Nova Cultural, [1899] 1986, na qual o fim desse grupo era uma questão de tempo; sua extinção seria uma característica da modernidade. Esta afirmação foi reiterada no século XX diante de duas constatações: o alarmante êxodo rural e a crescente concentração fundiária, tendo um de seus expoentes em MENDRAS, Henri. *La Fin des Paysans. Actes Sud, H. Nyssen, 1984* [1964]. Vinte anos após o original, Mendras reafirma seus prognósticos sobre os efeitos da

tantas “certezas”, vozes destoantes como os *narodniks* russos no século XIX ou o russo Alexander Chayanov foram abafadas e, de certa forma, quase apagadas da história. Para Chayanov longe da extinção aguardada, os camponeses seriam uma classe dinâmica que, voltada para subsistência, poderia melhor adequar-se às transformações impostas pela modernidade.⁵⁸

Após as mobilizações camponesas nas Revoluções no México (1911), na Rússia (1917) e na China (1949) e lutas de libertação Nacional (pós II Guerra Mundial), proliferaram trabalhos sobre movimentos camponeses, demonstrando uma relação estreita, facilmente verificável, entre o aumento das mobilizações (e sua visibilidade) e a realização de estudos acadêmicos.

A partir dessas mobilizações um outro conjunto de análises acabou por investigar “em quais condições os camponeses poderiam ser revolucionários”. É essa a inserção inicial da *História Social Britânica*, que possui um forte referencial no marxismo, com Eric Hobsbawm e sua obra *Rebeldes Primitivos* de 1959. A premissa era que o estudo de “movimentos pré-políticos”, as “rebeliões primitivas”, entre estes, movimentos rurais como o “milénarismo” e o “banditismo” possibilitaria compreender “movimentos políticos”, “modernos”, revestidos de ideologias típicas do século XX – como as lutas de libertação nacional ou o socialismo.⁵⁹

Na década de sessenta algumas análises passaram a destacar justamente o contrário do *conservadorismo* camponês: a capacidade de luta e o *revolucionarismo* inerentes ao campesinato como defendia Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra* e acreditava Che Guevara.⁶⁰

O que se observa nestes dois conjuntos de interpretações (tanto nas em que prevalece o conservadorismo quanto naquelas que destacam o revolucionarismo) é uma visão “naturalizadora”, “essencialista” das classes sociais que ainda hoje subsiste nos meios acadêmicos. A discussão do essencialismo das classes sociais e dos camponeses mostra-se atual quando atenta-se ao recente debate protagonizado nos jornais entre dois intelectuais brasileiros. De um lado, Xico Graziano no artigo intitulado *A farsa dos sem terra*, afirma que as pessoas acampadas no Pontal do Paranapanema não seriam “sem-terras”, “camponeses autênticos” visto que tem origem urbana e dedicam-se com frequência à atividades nas cidades.⁶¹ Do outro lado, a resposta de Bernardo Mançano Fernandes argumenta que os traços urbanos dos sem-terra do Pontal nada mais são do que um sinal do desejo de retorno ao campo daqueles que dele foram expulsos com o exodo rural nos anos 1960/1970 diante do insucesso nas cidades.⁶² Ou seja, o debate é travado com um essencialismo de parte a parte. Seja na defesa do essencialismo urbano dos “falsos sem-terras” de Graziano, seja na defesa da essência rural dos “autênticos camponeses” de Fernandes que teria permanecido mesmo após a passagem pela cidade. Em ambos os casos perde-se a dimensão de que as identidades sociais são forjadas *na* e

expansão do capitalismo, respectivamente “**Conclusions**”, pp. 287-316, e, **Posface**”, pp. 311-354.

⁵⁸ CHAYANOV, A. V. (Tschaianoff, A. V.) “The socio-economic nature of peasant farm economy.” In: SOROKIN; ZIMMERMAN. e GALPIN. (ed.), *A systematic source book in rural sociology*. New York, Russel & Russel, 1965, vol. 2, pp. 144-147.

⁵⁹ HOBBSBAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 [1959]. Amplamente difundidas, as categorias propostas por Hobsbawm merecem ser criticadas pois ao utilizar termos como “primitivos”, “arcaicos” e “pré-políticos”, as noções de um rumo e de uma evolução necessária ainda permanecem, por maiores que venham a ser as preocupações do autor no sentido de evitá-las. Mais do que uma estéril discussão de termos, o que está em jogo é uma perspectiva de análise: parece que estes movimentos “primitivos” necessariamente desembocariam num estado avançado, “moderno”, o que não acontece. Dizer ou abrir o precedente para se pensar isto, implica em viciar a análise, pois como seria possível buscar a especificidade do movimento social se já o classifico como ultrapassado ou *demodé*?

⁶⁰ Editado em vários países com um prefácio de Jean Paul Sartre, o livro teve grande relevância política ao afirmar que os camponeses seriam *a classe revolucionária* no Terceiro Mundo. FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1961] 1979.

⁶¹ GRAZIANO, Xico. “A farsa dos sem terra”. In: *O Globo*, Opinião, 28/10/2003.

⁶² FERNANDES, Bernardo Mançano. “O Grande Inquisidor”. In: *O Globo*, Opinião, 10/11/2003.

para a luta política. A exemplo das qualificações dos revolucionários do século XVIII e XIX sobre a Revolta da Vendéia, o posicionamento político de alguns pesquisadores brasileiros acaba por afastar a dimensão daquilo que o grupo social e suas lutas efetivamente *foram e são*, priorizando o que *deveriam ser* em função dos interesses e objetivos em jogo também para os que se incubem de analisa-las. A perspectiva desse projeto é precisamente romper tanto com as posturas preconceituosas quanto com as naturalizadoras que marcaram os estudos sobre o campesinato.

A inovação aqui proposta emerge ainda mais claramente quando se toma como referência suas diferenças diante de outras obras clássicas de variados matizes. Convém apontar, nos limites impostos, um breve levantamento de outras contribuições nos estudos sobre as mobilizações e as identidades camponesas.⁶³ Destacam-se a *sociologia histórica norte-americana* com a abordagem comparativa de Barrington Moore Jr e Theda Skocpol;⁶⁴ a *antropologia cultural dos EUA* com Eric Wolf⁶⁵ e a coletânea *Peasant Society: a reader*;⁶⁶ a *sociologia francesa* e os pesquisadores que se reúnem em torno de Pierre Bourdieu;⁶⁷ e, por fim, outros trabalhos na já referida *tradição marxista* como os de Hamza Alavi⁶⁸ e Teodor Shanin, este último afirmando que “a passividade é a estratégia natural do campesinato”.⁶⁹ Guardadas as diferenças, tomadas em conjunto, muitas dessas investigações foram conduzidas procurando responder *por que* os camponeses saíram das condições obscuras que se encontravam e atuaram como protagonistas no teatro das revoluções. Daí, partem do pressuposto de que o campesinato era um grupo que se encontrava em estado de latência, colocado em movimento por *aspectos externos*, ou ao

⁶³ Para um balanço mais detalhado dos autores mencionados nesta seção, ver artigo de minha autoria “Revoluções Camponesas: Movimentos e Interpretações” em TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos et alli. *Dicionário do Século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 2004, no prelo.

⁶⁴ MOORE JR, Barrington. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno*. São Paulo: Martins Fontes, [1966] 1983; e, SKOCPOL, Theda. *Estados e Revoluções Sociais: Análise comparativa de França, Rússia e China*. Lisboa, Editorial Imprensa, [1979] 1985. Embora denote certo evolucionismo e até mesmo excessiva rigidez, a relevância dessa linha de estudos comparativos, sobretudo o trabalho de Moore Jr., reside em apontar uma pluralidade de caminhos para o mundo moderno, encerrando a insistência num *único caminho* inspirado no caso Inglês para as sociedades industrializadas e, conseqüentemente, uma única postura para as classes.

⁶⁵ A autor propõe generalizações sobre as mobilizações camponesas depois de investigar separadamente os casos do México, Rússia, China, Cuba, Argélia e Vietnã. Baseado nas concepções de Karl Polanyi formuladas em *A Grande Transformação* acerca da internacionalização do capitalismo e do modelo europeu de Estados Nacionais, Wolf argumenta que este processo interferiu na desagregação das bases do controle das antigas classes dominantes, permitindo sublevações do campesinato. WOLF, Eric. *Las Luchas Campesinas del Siglo XX*. 5 ed. México DF: Siglo Veintiuno, [1969] 1979.

⁶⁶ POTTER, Jack; DIAZ, May e FOSTER, George. (ed.) *Peasant Society: a Reader*. Boston: Little Brown, 1967. A obra coletiva destaca as características econômicas e sociais do campesinato, sendo marcada pela influência de Robert Redfield e seus estudos sobre a “grande tradição” e a “pequena tradição”. REDFIELD, Robert. *The Little Community and Peasant Society and Culture*. Chicago: The University of Chicago Press, 1965.

⁶⁷ Bourdieu tratou o problema destacando a dificuldade que o campesinato possuía na imposição de sua própria representação diante de outros grupos sociais. (cf. BOURDIEU, Pierre. “Une Classe Objet”. *Actes de La Recherche*, 17-18, 1977, pp. 2-5), linha seguida em diversos outros artigos publicados na revista *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, como, por exemplo, os de Patrick Champagne, que possuem em comum a noção de que a identidade camponesa é imposta do exterior, “de fora”, não sendo a identidade que os camponeses desejam ter. Ver CHAMPAGNE, Patrick. “Le paysan à la plage”. In: *Actes de La Recherche*, 2, mars. 1975, pp. 21-24; _____. “La restructuration de l’espace villageois”. In: _____., 3, mars. 1975, pp. 43-67 e “La Fete au Village” In: _____., 17/18, mars. 1977, pp. 73-84.

⁶⁸ Alavi contribui para romper com a associação automática entre pobreza, fome e certa privação material conduzindo a uma revolta ou revolução no campo. Nem sempre as condições econômicas de riqueza, pobreza ou níveis intermediários refletirão posturas políticas; existe uma série de mediações culturais que interferem nos termos das relações de classe numa sociedade. ALAVI, Hamza. “Revoluções no Campo”. In: *Problemas e perspectivas do Socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969, pp. 299-351.

⁶⁹ SHANIN, Teodor. “Peasant as a political factor”. In: _____. (ed.) *Peasants and Peasant Societies*. Middlesex: Penguin Books, 1971.

adquirir “a consciência” de suas condições, optando pela luta como a “única possibilidade”. Tratam os grupos sociais como se fossem “coisas” prontas e acabadas, com formas, interesses e objetivos definitivos, contudo estes, assim como o próprio grupo, são conformados e definidos no processo de luta diante de outros agentes externos e também com sensíveis diferenciações na composição interna.

Outra crítica às interpretações clássicas é o destaque exclusivo dado àquilo que seriam as “grandes mobilizações”, os conflitos mais abertos, no sentido de movimentos amplos, de caráter nacional, que teriam por objetivo alterar por completo o estado de coisas vigentes, substituindo os poderes constituídos. Deixariam de lado, numa posição secundária, ou até mesmo ignorada em absoluto, as formas de mobilização e atuação mais comuns do campesinato: aquelas que autores como James Scott chamam de “formas de resistência cotidiana”.⁷⁰

São estas “formas de resistências cotidianas” que serão incorporadas ao quadro teórico para investigação dos *conflitos*. Estes serão pensados inspirados na noção de “economia moral” proposta inicialmente por Edward Palmer Thompson.⁷¹ Nessa linha, autores como Scott passaram a destacar as formas de percepção dos próprios atores e grupos subordinados sobre as disputas nas quais estes estavam envolvidos, em oposição aos termos e parâmetros dos grupos dominantes, que minimizavam e desqualificavam as variadas formas de resistência, sendo esta ótica “dos mais poderosos”, na maior parte das vezes, reproduzida nas análises historiográficas. Nesse caminho, *os conflitos* serão abordados numa trajetória que inclui a desmobilização e a mobilização. No dizer de Moacir Palmeira, “o estudo dos conflitos em períodos de desmobilização é fundamental para entender o aparecimento ou desaparecimento de conflitos mais abertos”, além de propor um recorte dos fatos alternativo àquele comumente escolhido, pois, em muitas vezes, os recortes tradicionais das grandes explosões e movimentos contemplados nas análises clássicas “não é outro que não o dos interessados em esconder a existência de conflitos e tensões de longa data”.⁷²

Uma série de fatores garantem a viabilidade dessa pesquisa como, por exemplo, a existência e o acesso a fontes. Existe uma considerável documentação disponível em arquivos públicos e privados, tanto nos municípios da região quanto na cidade do Rio de Janeiro. Descendentes de ex-colonos e dos antigos proprietários da fazenda Santo Inácio permitiram a pesquisa em acervos pessoais, contendo os documentos que remontam as duas últimas décadas do século XIX como correspondências entre fazendeiros e políticos influentes, diários, cadernetas e registros contábeis. A escolha do foco na fazenda Santo Inácio permite pensar e efetuar comparações com outras fazendas da região serrana a partir da análise das cartas entre fazendeiros vizinhos e aliados, dos processos judiciais e das trajetórias individuais daqueles que vieram de outras localidades próximas para trabalhar e residir nela. Vale lembrar a proximidade da região com o Rio de Janeiro e a facilidade para o trabalho de campo devido ao custo acessível de hospedagem e alimentação nos municípios. Por fim, a familiaridade com a temática e a bibliografia aliados ao conhecimento adquirido pela experiência e prática de pesquisa ininterrupta desde 1999 (iniciação

⁷⁰ SCOTT, James. “Everyday forms of peasant resistance”. In *Journal of peasant studies*, volume 13, number 2, january, 1986, pp.5-35.

⁷¹ No estudo dos motins da multidão inglesa do século XVIII, segundo o autor, a “multidão” reivindica “preços justos”, numa lógica contrária à implementação da nascente concepção liberal como instrumento regulador de preços baseada nas “leis de mercado”. Ver THOMPSON, Edward. “A Economia Moral da multidão Inglesa do século XVIII” In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, pp. 150-202. Em artigo posterior, Thompson comenta algumas das críticas formuladas contra seu conceito, além dos estudos influenciados e desenvolvidos a partir do seu ensaio original, entre eles, o livro de Scott. Cf. THOMPSON, Edward. “A Economia Moral revisitada”. In: _____, *op. cit*, 1998, pp. 203-266. O livro é SCOTT, James. *The Moral Economy of the peasant: rebellion and subsistence in South-east Asia*. New haven: 1976.

⁷² A investigação de Palmeira refere-se a zona da mata pernambucana no período que vai do golpe de 1964 até os anos 1970: PALMEIRA, Moacir. “Desmobilização e Conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na Agro-Indústria Pernambucana.” In: *Revista de Cultura e Política*, CEDEC v.1, ago. 1979, pp.41-55, p. 41.

científica e mestrado) são elementos que evidenciam a viabilidade da execução do presente projeto.

Apresentação das Fontes

Mesmo em sua etapa inicial, é possível listar nesse projeto uma vasta gama de fontes primárias disponíveis e localizadas em diversos arquivos públicos na cidade do Rio de Janeiro e na região serrana fluminense. Por meio de contatos prévios, arquivos privados foram franqueadas ao trabalho deste pesquisador. Destaco que não pretendo cobrir toda e cada uma das fontes listadas, mas diante de reuniões com o orientador e especialistas nas questões abordadas, a proposta é de efetuar uma seleção das fontes que melhor contribuirão para alcançar os objetivos delineados. Não se descarta o surgimento de novas fontes no curso da pesquisa.

I – FONTES TEXTUAIS:

A) ARQUIVOS PÚBLICOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

IBGE (Instituto brasileiro de Geografia e Estatística): com dados censitários, sobre concentração fundiária e produção no século XX.

Biblioteca Nacional: Jornais da Região (início do século XX) e periódicos ligados ao Partido Comunista (décadas de 1940-1960).

DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) da década de 1930-1980 no APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro): Fichas de colonos e militantes de esquerda que atuam na região desde os anos 1930.

ITERJ (Instituto de Terras do Rio de Janeiro): processo de desapropriação e conflitos no campo desde os anos 1950.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária): processo de desapropriação e conflitos no campo desde 1950. Vistoria Preliminar, Histórico e Processo de Desapropriação da Fazenda Santo Inácio.

Acervo do CPDA-UFRRJ (Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura da UFRRJ): Ações Possessórias na região desde 1970 com mais de 100 documentos diversos.

FETAG/RJ (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio de Janeiro): Niterói. Cartas trocadas com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes e ofícios pedindo providências das autoridades para solucionar os conflitos da fazenda desde os anos 1970.

B) ARQUIVOS PRIVADOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:

Acervo do General José Moraes: Atual proprietário da fazenda. Bolsas e sacolas com documentos antigos da fazenda. Provavelmente registros contábeis, cadernetas, diários e até mesmo documentos da ferrovia que passava pela fazenda.

C) ARQUIVOS PÚBLICOS NA REGIÃO SERRANA

Igreja Matriz de Cantagalo: Registros de nascimentos, batismos, matrimônios e morte (inventários e testamentos). Estado de Conservação: Bom

Igreja e Cemitério de São Francisco de Paula: Sepulturas de todos os mortos da família Moraes, parte dos colonos e seus registros. Estado de Conservação: Ruim

Fórum e Igreja de Santa Maria Madalena: Documentação imobiliária de 1870 até 1920. Documentos judiciais. Estado de Conservação: Muito Boa.

Fórum de Trajano de Moraes: Toda documentação imobiliária e processos judiciais de 1922 em diante. Estado de Conservação: Desconhecido.

Fórum de Cantagalo: Documentação imobiliária do início do século XIX e Processos judiciais. Estado de Conservação: Muito Boa.

Câmara Municipal de Trajano de Moraes: Fontes disponíveis: Anais da Câmara Municipal desde 1891. Estado de Conservação: Desconhecido. Contato com o secretário Carlos Roberto

de Moraes Souza Tavares e o presidente Cláudio Roberto de Moraes Souza (filho do ex-prefeito João Moraes–1960/70)

Delegacia de Trajano de Moraes: Queixas e registros de ocorrência. Péssimo estado de conservação.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trajano de Moraes: Ato Histórico de criação do Sindicato em 1963, fichas de associados, contribuições e atas de reuniões.

D) ARQUIVOS PRIVADOS NA REGIÃO SERRANA:

Acervo da Fazenda Santo Inácio: Fontes manuscritas desde fins do século XIX com correspondências entre fazendeiros da região; diários contábeis; cadernetas de controle de colonos. Documentos da empresa *Moraes & Sobrinho* com compra de escravos, terras, venda de café e dívidas ativas.

Acervo Pessoais de Ex-Colonos: Cadernetas, recortes de jornais e de revistas.

Acervo de Geraldo José Machado: Historiador de Santa Maria Madalena. Possui inúmeros registros e indicações de fontes sobre o café em Santa Maria Madalena.

II – FONTES ORAIS:

Arquivo do CPDA-UFRRJ: Depoimentos orais realizados de julho de 2000 a dezembro de 2001 com 25 pessoas ligadas à fazenda Santo Inácio entre descendentes da família proprietária, empregados, ex-colonos, assentados e envolvidos com a região, produzidos durante a pesquisa *Assentamentos Rurais em perspectiva comparada*.⁷³ São cerca de 32 horas de depoimentos com 10 horas de entrevistas transcritas.

Acervo “Memória do Cativo” do LABHOI-UFF. Depoimentos orais diversos realizados com descendentes de ex-escravos em pesquisas independentes nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo..

Discussão Conceitual e Metodológica

Este projeto vincula-se à História Social, seguindo estudos que focalizam o Mundo Rural privilegiando um viés político e a discussão a ele associado.⁷⁴ Inspira-se, também, para responder certas indagações, na renovação dos estudos da História Política promovida pelo intercâmbio com conceitos e categorias da História Cultural.⁷⁵ Daí, busca articular a reflexão sobre os movimentos sociais no campo às novas abordagens sobre *identidades* e formação de grupos sociais. Priorizando relações de sociabilidade e poder conformadas entre atores, procura entender

⁷³ GARCIA; MEDEIROS; GRZYNSZPAN e LEITE. (coords.) *op. cit.*, 1999.

⁷⁴ Para uma discussão geral atual sobre a História Social, ver MATTOS DE CASTRO, Hebe. História Social In: CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Um dos objetos privilegiados da História Social tem sido o estudo dos movimentos sociais, particularmente os ocorridos nas áreas rurais de diferentes países. Destaque-se, nesta linha, o estudo pioneiro de LEFEBVRE, George. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro, Campus, s/d. Outro trabalho que se tornou referência obrigatória, debruçando-se sobre o estudo das multidões, foi o de RUDÉ, George. *A multidão na história: um estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Rio de Janeiro, Campus, 1991. Já a expressão “Mundo Rural” se refere ao amplo conjunto de temas que discutem aspectos além da “agricultura” e da “questão agrária”. Ver os trabalhos que enfocam a dimensão política reunidos em duas coletâneas TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos; SANTOS, Raimundo e COSTA, Luís Flávio de Carvalho (orgs.). *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro, Campus, 1998; e COSTA, Luís Flávio de Carvalho; MOREIRA, Roberto José; BRUNO, Regina (orgs.). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

⁷⁵ Refiro-me aqui, sobretudo, às questões sobre os direitos sociais e a memória de Vargas. Para a História Política, por todos, RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUfrj / FGV, 1996. Sobre a reflexão da História Cultural diante de camponeses no Antigo Regime: DARNTON, Robert. “Apresentação XIII-XVIII” e “Histórias que os camponeses contam: o significado de mamãe ganso.” In: *O grande massacre de gatos. E outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. pp.21-101. Penso em categorias como *apropriação*. Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Outra referência, na reflexão sobre apropriação, contudo, nos processos de leitura, é CHARTIER, Roger. “Textos, impressos, leituras”. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

como estas relações foram elaboradas e superadas através do estudo de conflitos numa trajetória que inclui a desmobilização. Ele se aproxima, portanto, para além da História, da Ciência Política e da Sociologia, em especial, da Antropologia.

Em fins do século XX vêm ganhando espaço trabalhos que têm no centro de sua reflexão a questão das *identidades*, elegendo temas como etnicidade, nacionalidade, sexualidade, grupos profissionais, políticos e religiosos. Este esforço coletivo tem contribuído para abordar os grupos sociais como produtos de processos históricos, conformados na ação, percebendo-os no conjunto das *redes sociais* em que estão inseridos. Assim procuram recusar possíveis características inatas, geralmente atribuídas previamente à análise, que acabam muitas vezes por desconsiderar a realidade social que se pretende estudar. Destarte, estes trabalhos afastam-se dos estruturalismos de todos os matizes, do braudeliano ao marxista, passando pelo de Levi Strauss.⁷⁶

Nesse sentido, convém apontar algumas linhas de pesquisa social que apesar das marcadas diferenças, aproximam-se nas pretensões desnaturalizadoras do mundo social e das posturas dos agentes que nele atuam. É essa a perspectiva da *Sociologia Alemã*, abertamente influenciada por Max Weber e Karl Mannheim, com Norbert Elias e conceitos como *sociogênese* e *interdependência*.⁷⁷ Outra linha relevante é a da *História Social Britânica* com forte referencial no marxismo, cuja obra clássica *A formação da classe operária Inglesa* de Edward Palmer Thompson entende a classe social (e por extensão os grupos) não como “uma ‘estrutura’, nem mesmo uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente”, valorizando a “experiência” dos homens e o “vivido”, numa abordagem relacional.⁷⁸ Na França, a *Sociologia* e a *História Social* possuem atualmente fortes referenciais no intenso diálogo com a *Micro História Italiana*.⁷⁹ Conforme sintetiza Jacques Revel, no prefácio ao livro de Giovanni Levi a proposta é a de “estudar o social não como um objeto dotado de propriedades, mas sim como um conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação”.⁸⁰ Nos Estados Unidos, autores como o lingüista John Searle, o filósofo Ian Hacking e o sociólogo Craig Calhoun têm se debruçado sobre os processos de conformação das representações sociais e sua consagração, desnaturalizando-os no movimento chamado de *construtivismo* ou *construcionismo*.⁸¹ As linhas mencionadas comungam das críticas às perspectivas mecanicistas e essencialistas, evidenciando as preocupações teóricas compartilhadas pelos pesquisadores que em torno delas se agrupam. Sem requerer filiação exclusiva a nenhuma delas, este projeto será desenvolvido tomando esses referenciais teóricos como ponto de partida para pensar os conflitos e as identidades sociais na região serrana fluminense.

⁷⁶ Ver por exemplo a *Revista Tempo*, vol 6, nº 12, dezembro de 2001, com o Dossiê “Identidades Coletivas: Cultura e Política”, organizado por Hebe Maria Mattos.

⁷⁷ ELIAS, Norbert. “Sobre a sociogênese do Estado.” In: *O processo civilizador*. Vol 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, pp.87-190.

⁷⁸ THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária Inglesa*, 3 vol., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Citação no “Prefácio”, p. 10, vol I.

⁷⁹ É o caso do sociólogo Luc Boltanski em trabalho sobre a formação dos executivos dirigentes de empresas na França no século XX. BOLTANSKI, Luc. *Les cadres. La formation d'un groupe social*. Paris, Minuit, 1982. Ver também artigos em REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, FGV, 1998.

⁸⁰ REVEL, Jacques. “Prefácio: A história ao rés-do-chão.” In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. pp. 7-52

⁸¹ Para uma crítica ao substantivismo e ao formalismo que inundaram as ciências sociais e humanas ver SPECTOR, Malcolm e KITSUSE, John. *Constructing social problems*. New York: Aldine de Gruyter, 1987, pp. 23-96. Sobre a linguagem e a criação de “fatos institucionais”: SEARLE, John. *The construction of social reality*. New York: The Free Press, 1995, pp. 1-125. Para uma crítica ao excessivo número de trabalhos que, mesmo reproduzindo visões naturalizadoras, apresentam-se como reveladores de “construções sociais” ver HACKING, Ian. *The social construction of what?* Cambridge, Harvard University Press, 1999, pp. 1-124. Sobre o construtivismo e as identidades sociais: CALHOUN, Craig (ed.). *Social theory and the politics of identity*. Oxford, Blackwell, 1998.

Como parte significativa das questões a serem investigadas emergiu diretamente das recordações acionadas nos depoimentos dos atores envolvidos, é conveniente iniciar as principais categorias que conformam o quadro teórico deste projeto nos vínculos entre a *memória* e as *identidades sociais*.

Segundo Michael Pollak, a *memória* é antes de mais nada um fenômeno individual, mas submetido a construções coletivas. Ela seria composta por pontos variáveis e pontos invariáveis, que seriam solidificados nessas construções coletivas. Os elementos que constituem a memória seriam aqueles vividos pessoalmente (conhecidos diretamente) e aqueles vividos por tabela (conhecidos indiretamente).⁸² Na sua obra clássica, *L'expérience concentrationnaire*, Pollak coloca o silêncio no centro da reflexão histórica na medida que aquilo que não é dito, ou “recordado”, pode ser tão relevante quanto os temas sobre os quais se constrói um relato.⁸³

A *identidade* é compreendida por Pollak como o “que é sentido da imagem de si, para si e para os outros”. Seriam três os elementos essenciais na construção da identidade: (1) a “unidade física” (de corpo ou grupo); (2) a “continuidade no tempo” (físico, moral e psicológico) e; a (3) “coerência” (partes integradas de um todo). Já para o antropólogo brasileiro Gilberto Velho, a compreensão de *identidade* dependeria diretamente da *organização da memória*, estando vinculada a sua relação com o *projeto* do sujeito e da sociedade. A categoria *projeto*, crucial para analisar a memória segundo Velho foi apropriada de Alfred Schutz como uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas”, esta categoria estaria então imbricada na idéia de indivíduo-sujeito (aquele que faz projetos). A *memória* seria o fator que procura garantir a consistência do *projeto*.⁸⁴ A construção da identidade se dá diante do *Outro*, ou dos *Outros*. Logo as identidades são forjadas em conflitos intergrupais.⁸⁵ Esta preocupação é contemplada no estudo de Alain Cabantous que se propõe a entender o que é a elaboração da identidade marítima do século XVII ao XIX por meio do cruzamento das fontes que revelam os múltiplos “olhares” que a compõem: “os olhares oficiais”, “os olhares dos outros” e o “olhar sobre si”.⁸⁶

Estas considerações vão ao encontro das formulações do antropólogo norueguês Fredrik Barth, nas sua análise sobre as fronteiras identitárias e sua mobilidade na conformação de grupos

⁸² POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, pp. 200-212, 1992. Para diferentes perspectivas sobre memória ver *Mémoires Collectives* [1950] estudo pioneiro de Maurice Halbwachs um iniciador nessa linha de reflexão. HALLBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*, Paris, PUF, 1968, e, _____. *Les cadres sociaux de La mémoire*, La Haye, Mouton, 1976. Outra referência fundamental é Pierre Nora e os “lugares de memória” NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, 1987. pp. 7-28, em especial pp.24-26. Já o historiador Jacques Le Goff para quem “a memória é um instrumento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades”, ver LE GOFF Jacques. “Memória”. In: *História e Memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, s/d. pp.423-483; pp. 476-477. Para o conceito de “memória dividida” ver PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”. In: FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da história oral*, 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, pp.103-130.

⁸³ Centrada na compreensão da manutenção de identidades sociais em condições adversas, elaborada a partir de depoimentos de mulheres sobreviventes nos campos de concentração nazista na II Guerra Mundial (1939-1945). POLLAK, Michael. “Présentation” In: *L'expérience concentrationnaire*. Paris, Métailié, 1990, pp. 7-23. Ver também _____. “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, 2(3), 1989, pp. 3-15.

⁸⁴ VELHO, Gilberto. “Memória, Identidade e Projeto”. In: Rev. TB, Rio de Janeiro, n° 95, out.-dez., pp. 119-126, 1988.

⁸⁵ Um tema menos explorado é o da diferenciação no interior de um mesmo grupo social e suas repercussões na questão identitária. Ver o artigo de Norbert Elias que revela o papel das disputas entre facções na sociogênese da profissão naval inglesa (ELIAS, Norbert. “Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavaleiros e tarpaulins”. In: *Mana. Estudos de Antropologia Social*. v. 7, n. 1, abril de 2001. pp. 89-116). Ver também Luc Boltanski, que analisa como uma fração dominante impõe seu padrão de excelência como o padrão de excelência de toda a categoria dos executivos franceses. (BOLTANSKI, *op. cit.*, especialmente a introdução II e o capítulos 2, pp. 220-236).

⁸⁶ CABANTOUS, Alain. *Les citoyens du large: les identités maritimes en France (XVIII^e siècle)*. Paris, Aubier, 1995, Chapitre 1 e 2 pp. 9-76.

étnicos.⁸⁷ Para Barth, as identidades sociais são elaboradas numa perspectiva relacional, estando vinculadas às lutas políticas. Desse modo, a identidade social pode ser mantida sem resquícios de uma cultura ou identidade original, essencial, primária, efetuando uma separação entre *ancestralidade*, entendida como aquilo que se herda do passado; *cultura*, compreendida como um conjunto de significados compartilhados e a *auto-atribuição*, no sentido requisitório de vínculo e pertencimento a dado grupo. É evidente que esta *auto-atribuição* possui limites estabelecidos pela cultura compartilhada sob pena de carecimento de legitimidade.

Por este motivo é central analisar o trabalho de *imposição* e *objetivação* da identidade de um grupo diante dos outros agentes. Nesse sentido, pensando sobre a gênese dos *intelectuais*, Christophe Charle analisa como e por que os intelectuais aparecem como grupo, como esquema de percepção do mundo social e como categoria política na França de fins do século XIX.⁸⁸ Encontram-se preocupações semelhantes em Patrick Champagne, quando ele reflete sobre a construção de imagens e identidades camponesas nas festas públicas com a presença de cidadãos.⁸⁹ Estas considerações aproximam-se daquelas de Pollak quando o autor fala do “trabalho de enquadramento de memória”, visto que memória e *identidade* são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.⁹⁰

Outro aspecto limitador da *auto-atribuição* no caso estudado é a autoridade da família proprietária exercida diante dos camponeses. O problema da *dominação* e *subordinação* já possui em Marx e na tradição de estudos a ele associada um forte referencial, atentando ao papel das classes sociais nas relações sociais de produção.⁹¹ Uma outra influência relevante sobre o tema, consagrada nas ciências sociais é Max Weber. Veja-se o seu estudo clássico sobre os três tipos de dominação legítima: carismática, tradicional-patrimonialista e burocrática-racional.⁹² É preciso ver que, se Weber concebe a existência de formas legítimas de dominação, seu suposto é o de que existiriam também formas não legítimas. Para ele, mesmo aquela que seria uma autoridade tida como “legítima” poderia passar por um processo de “ilegitimação”, vendo-se erodir. Isso significa que, na acepção do autor, essas categorias não teriam o sentido de um controle absoluto e irrestrito de um grupo social sobre outro, sendo essa a concepção utilizada neste projeto.

No caso investigado, as identidades associadas ao *colonato* alteram-se como a transformação da autoridade legitimada em ilegítima. Isto nos remete, de forma direta, ao tema da superação da dominação, das razões da revolta, tema contemplado pela bibliografia aqui já debatida.⁹³ Tão importantes quanto estas, contudo, são as razões da obediência, como mostra Barrington Moore Jr.⁹⁴ Segundo ele, a revolta e o levante se tornam uma possibilidade quando determinados códigos morais, que garantem a obediência, são alterados, seja pela ruptura, seja pelo enfraquecimento. Nisso, teríamos o que Moore Jr. chama de um “contrato social implícito”, no qual seriam “negociados” os alcances e os limites das responsabilidades nas relações entre as

⁸⁷ Cf. BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. São Paulo: UNESP, 1997. Barth é um dos autores com grande apropriação pelos micro historiadores como atesta o ensaio de ROSENTAL, Paul-André. “Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a ‘microstoria’.” In: REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, FGV, 1998, pp. 151-172.

⁸⁸ CHARLE, Christophe. *Naissance des ‘intelectuels’ 1880-1900*. Paris, Minuit, 1990, pp. 7-93.

⁸⁹ CHAMPAGNE, “La fete a village”, 1977.

⁹⁰ POLLAK, *op. cit.*, 1989, p.9.

⁹¹ Destaca-se, novamente, que não concebo o “marxismo” como um bloco monolítico. Para isso, ver, sobre as relações entre percepções do mundo e condições materiais no marxismo, CARLLEBACH, Juleus. “Ideologia”. In: BOTTOMORE (ed.), *Op. cit.*, 1988.

⁹² WEBER, Max. Capítulo III: “Os tipos de dominação.” In *Economia e sociedade. fundamentos da sociologia compreensiva*. 3º ed. Brasília: Editora da UNB, 1994, pp. 139-198.

⁹³ Refiro-me aos já mencionados trabalhos de Eric Hobsbawm, Barrington Moore Jr, Theda Skocpol, Theodor Shanin, Hamza Alavi, Eric Wolf e Franz Fanon, entre outros

⁹⁴ MOORE JR., Barrington. *Injustiça: as bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

partes. Isto não quer dizer em momento algum que os termos de negociação são iguais para os envolvidos, muito menos que esta seja uma negociação qualquer.

O “contrato social implícito” pode, portanto, sofrer alterações ao longo do tempo. O que se procura perceber, neste projeto, é como num caso de conflito rural no Brasil, opera-se a elaboração e a ruptura desses “contratos”. Moacir Palmeira menciona que embora existissem contratos jurídicos nas áreas de grandes plantações entre fazendeiros e colonos, era corrente a percepção por parte dos últimos, que estes tinham uma dívida moral cujo valor era superior àquilo que era dado pelo patrão, pelo fato de habitar seus domínios.⁹⁵ Seguindo a proposta de Barrington Moore Jr a partir da indicação de Moacir Palmeira, trata-se de pensar o colonato como um “contrato social implícito”, que sofre maleabilidade na medida que noções sobre *direitos* são elaboradas, alterando as próprias identidades dos envolvidos. As questões referentes aos direitos têm um referencial fundamental em Thomas Humprey Marshall no estudo da *cidadania* e as três dimensões que a compõe: a dos *direitos civis*, *direitos políticos* e *direitos sociais*, que serão incorporadas às reflexões.⁹⁶

Assim é fundamental buscar as articulações da renegociação e da ruptura desse “contrato” local na esfera nacional. A hipótese é que ela se dá, por exemplo, na disseminação da percepção pelos colonos do enfraquecimento de princípios de autoridade dos proprietários como na intermediação do Estado (através da Justiça e da Legislação trabalhista) na relação entre colonos e proprietários no final na década de 1930 e 1940, ou na mobilização camponesa no Brasil nos anos 1950/60 com a sindicalização rural, visto que, as mudanças identitárias (cativos, colonos, posseiros) indicam forte associação à direitos. Isto permitiria pensar como o local se inscreve no nível mais amplo da vida da república. Nas palavras de Daniel Aarão Reis Filho: “casos particulares, bem estudados e conhecidos, podem oferecer pistas de valor universal, contribuindo inclusive para redefinir padrões gerais.”⁹⁷

Para investigar estas questões empiricamente, o procedimento mais adequado revela-se próximo daquele desenvolvido pela experiência da micro-história.⁹⁸ A redução da escala de análise permite estudar os conflitos e as formas de resistência cotidiana, através de uma pesquisa mais fina, relacionando-os aos processos na vida da República e sua incidência na identidade coletiva de um grupos sociais.⁹⁹

A escolha das categorias de nomeação está vinculada à postura metodológica proposta pela antropóloga Lygia Sigaud. A preocupação central da autora é buscar a especificidade e os significados desses atos nos períodos históricos a que se vinculam.¹⁰⁰ Categorias universais, estáticas, poderiam ser problemáticas pois não dariam conta das diferentes configurações sociais

⁹⁵ PALMEIRA, Moacir. *Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional*, Contraponto, (2): 103-114, dez. 1977.

⁹⁶ MARSHALL, Thomas Humprey. “Cidadania e Classe Social”. In: *Cidadania, classe Social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967, pp. 57-114. Para uma reflexão sobre a cidadania no Brasil, ver CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Uma visão distinta e crítica a Marshall e a rigidez de certas categorias podem ser encontradas em DA MATTA, Roberto. “Espaço: Casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil” e “Cidadania: a questão da cidadania num universo relacional” In: *A Casa e a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara, 4ed, 1991, pp.33-70 e pp. 71-102.

⁹⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. A falsa Polarização. In: Folha de São Paulo, Caderno Mais! edição de 02/11/2003, p. 12.

⁹⁸ Ver o trabalho de LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

⁹⁹ Não se trata de seguir a mesma postura daqueles que são apresentados por REVEL como “fundamentalistas”, ou seja, consideram que o “micro” engendra o “macro” e por este motivo deve ser privilegiado como dimensão analítica. Sem aceitar rótulos, a perspectiva assumida é de que o “micro” permite construir objetos complexos e revestidos das demais dimensões sociais, próximo do que Revel qualifica como os “relativistas”, que se opõem aos “fundamentalistas” nos alcances da micro-história. Cf. REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*, Rio de Janeiro, FGV, 1998, pp. 7-14. O que se pretende é possibilitar a formulação de novos modelos de análise, ou repensar os existentes, articulando necessariamente a dimensão “macro” por meio de generalizações mais seguras e consistentes, tal como defendido por LEPETIT, Bernard. “Sobre a escala na história” In: REVEL, *op. cit.* pp 77-102.

que se apresentam, como a apropriação de termos distintos como “colonos”, “posseiros” ou “camponeses”. O que está em jogo são os diferentes sentidos ao longo do tempo que presidem a escolha de cada categoria pelos atores. Com isso, espera-se compreender o significado assumido, quando por exemplo, “colonos” deixam de se reconhecer como tais, e passam a utilizar o termo “posseiro” (o que de *juri* nunca foram) nas lutas e nos processos jurídicos nos anos 1960/ 1970.

É preciso salientar que a compreensão do uso das categorias nativas não significa alça-las à condição de explicação definitiva para os objetos estudados. Esta postura metodológica acarretaria a reprodução dos repertórios de uma das partes em disputa, e, conseqüentemente, seus sistemas classificatórios e de distinção, caindo num discurso panfletário, cujo desdobramento seria o abandono do entendimento dos processos estudados levando ao ingresso do trabalho acadêmico num jogo de qualificações/desqualificações. Isto não invalidaria a análise, porém compromete seu esforço de entendimento do mundo social. A saída é problematizar tanto os termos forjados pelos atores em conflito quanto suas condições sociais de produção, pois ambos devem ser objeto de reflexão.¹⁰¹

Este projeto concebe a história oral como uma metodologia de trabalho, pautada na interdisciplinaridade e no diálogo com as demais Ciências Sociais.¹⁰² O trabalho com fontes orais marca uma especificidade nas discussões já que o testemunho oral é o núcleo de boa parte das investigações. Pensar os problemas colocados pelas fontes orais entendidas como fontes de memória, significa marcar algumas diferenças para com as fontes escritas convencionais. Será enfaticamente recusado nessa pesquisa a suposição de que o relatado nos depoimentos é *a verdade* e *a reconstituição* dos fatos. Os colonos, em certas passagens dos depoimentos trabalhados, realçam sua participação individual e tecem leituras dos processos que esvaziam e desqualificam o papel de outras lideranças e de opositores. Longe desses elementos invalidarem a análise dos depoimentos existentes, eles complexificam e expandem as possibilidades de reflexão sobre o objeto, na medida que incorporam mais esses aspectos à problematização das fontes.¹⁰³

Os inventários, partilhas e testamentos tem por propósito “ver a região escolhida em movimento, ou seja, a sociedade considerada passando pelo tempo, com as suas permanências e mudanças”, seguindo a indicação de João Fragoso e Renato Piltzer.¹⁰⁴ Os autores defendem que a

¹⁰⁰ SIGAUD, Lygia. *A morte do caboclo: um exercício sobre sistemas classificatórios*. Boletim do Museu Nacional, série Antropologia. Rio de Janeiro, (30), dez. 1978.

¹⁰¹ O que se pretende é fugir da “retórica de combate” dos atores, aquilo que Federico Neiburg chama de “discurso de barricada” ao estudar os intelectuais argentinos e suas diferentes interpretações sobre o peronismo, que conforme demonstra o autor, estão indissociadas de suas posturas políticas. NEIBURG, Federico. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos sobre Antropologia Social e Cultural*. São Paulo, EDUSP, 1997. Capítulos 1, 2 e 3, pp. 23-117.

¹⁰² A polêmica sobre o termo “história oral” e seus trabalhos tem diminuído com o crescimento do campo de estudos, o que não significa que algumas poucas palavras deixem de ser mencionadas. Meu entendimento é que só existe uma História enquanto disciplina, e não uma disciplina autônoma chamada História Oral. O que existe são fontes orais. Discordo de alguns autores defensores da história oral como uma “disciplina”, que seria “o limite da história com a literatura”, com “a interação do historiador e o depoente”, sendo ao mesmo tempo “discurso historiográfico e narrativa”. Nessa linha MIKKA, Ian. *What on earth is oral history?* Apud: ELLIOT, James K. (ed.) *New trails in history*, Sidney, Australian Press, 1988. Apud FERREIRA, Marieta Moraes e AMADO, Janaína. Apresentação. In: _____ e _____ (orgs.), *Usos e Abusos da história oral*, 4 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

¹⁰³ Isto serve como um aviso onde a investigação deve incluir a análise dos mecanismos, da lógica, das revelações explícitas e implícitas que compõem a construção de imagens pelo entrevistado em seu relato autobiográfico. Mais ainda, é recordado que a elaboração desta imagem não se dá diante do vazio; ela é fruto de condições objetivas que podem ser objeto de apreensão. Ver ALBERTI, Verena. *Literatura e Autobiografia: a questão do sujeito na narrativa*. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, 1991, p. 66-81 e AMADO, Janaína. “O Cervante de Goiás”. In: *Nossa História*. São Paulo, Ano I, nº 2, dezembro de 2003, pp. 27-33.

¹⁰⁴ FRAGOSO, João Luís Ribeiro e PILTZER, Renato Rocha. *Barões, homens livre pobres e escravos: notas sobre uma fonte múltipla – inventários post mortem*. Mimeo, s/d. Versão disponibilizada no curso “História e Arquivo” ministrado pela prof. Gladys Ribeiro, no 2º semestre de 2001, pelo Dept. de História da UFF.

identificação deste tipo de documentação por boa parte dos historiadores como fontes exclusivamente econômicas “empobrece sobremaneira” as múltiplas possibilidades investigativas que poderiam ser trilhadas. Pretende-se através do cruzamento com outras fontes como os processos criminais, ações judiciais e diários, acompanhar trajetórias de colonos, empregados e proprietários, detectando os pontos de tensão e o esgarçamento das relações sociais. A investigação dessas fontes irá se concentrar nos cortes temporais destacados, supondo terem sido períodos de maiores tensões.

As correspondências disponíveis trocadas entre os fazendeiros da região permitirão delinear as redes de sociabilidade herdadas, construídas e mantidas pelos descendentes da família proprietária, conforme a pesquisa desenvolvida por Marieta Moraes Ferreira.¹⁰⁵ Isto permitirá uma comparação das visões de mundo, junto dos problemas e das dificuldades por eles enfrentadas, assim como os resultados das estratégias escolhidas face às situações comuns.

A confrontação das cadernetas dos colonos e dos registros contábeis nos dois primeiros momentos analíticos da pesquisa permitirão aferir os impactos e as redefinições impostas pelas mudanças atravessadas pelo país e pelo mundo, demonstrando concretamente como estas incidem na esfera local. Mais do que isso, será possível perceber os efeitos da gradual implementação de práticas como as *turmas*, a extensão da *meia* aos cultivos de subsistência e a exclusão da banana dessa relação (conforme visto, produto com importância material e simbólica na resistência), e, a introdução do *barracão*, comparando-as ao *sistema da morada*, reflexão de inúmeras pesquisas mencionadas na zona da mata em Pernambuco.¹⁰⁶

Cabe a advertência de que o uso das fontes textuais mencionadas como inventários, testamentos, partilhas, registros contábeis e cadernetas, associados à história serial,¹⁰⁷ poderiam produzir uma aparente uniformidade de dados quantitativos, impedindo a percepção de diferenças qualitativas mascaradas pelas estatísticas. Isto abriria caminho para conclusões como aquelas questionadas por E. P. Thompson nas análises baseadas em dados quantitativos estatísticos que somente apontam melhorias nas mudanças do nível de vida dos trabalhadores ingleses durante a Revolução Industrial. Essas análises, segundo o autor, deixariam de observar como as transformações eram percebidas pelos trabalhadores.¹⁰⁸ Nesta pesquisa pretende-se portanto resgatar as percepções dos atores envolvidos, o que será perseguido através do uso da metodologia da história oral.

Para tal, pode tornar-se necessário, além da análise dos depoimentos orais existentes, a produção de novas entrevistas preocupadas com estes aspectos. Os roteiros das novas entrevistas serão elaborados tomando como base os apontamentos de Verena Alberti e Paul Thompson.¹⁰⁹ A autora propõe uma “pesquisa exaustiva” diante de todas as fontes previamente disponíveis para elaboração de um roteiro geral, onde constará uma cronologia minuciosa, pois, nas palavras de Verena Alberti “ter-se-á uma visão abrangente ao mesmo tempo aprofundada daquilo que já se sabe do objeto de estudo e daquilo que quer se saber através das entrevistas”.¹¹⁰ Esta atividade, ainda segundo a autora, servirá como base para a confecção dos roteiros individuais, que, basicamente, serão de dois tipos: os de trajetórias e os de perfil histórico.

Com relação especificamente às condições de produção da memória positiva sobre Getúlio Vargas, seguindo as indicações dos trabalhos mencionados, pretende-se vasculhar os fóruns da

¹⁰⁵ FERREIRA, Marieta Moraes. “Correspondência familiar e rede de sociabilidade”. Trabalho apresentado no XXV Encontro Anual da ANPOCS, Seminário Temático Imagens do Brasil: Memória e Identidade. Caxambu, MG: mimeo, outubro de 2001.

¹⁰⁶ Entre outros PALMEIRA, *op. cit.*, 1970 e *op. cit.*, 1977. HEREDIA, *op. cit.*, 1979. SIGAUD, *op. cit.*, 1979.

¹⁰⁷ Sobre a história serial com metodologia ver CHAUNU, Pierre. “História e Ciências Humanas: A história serial.” In: *A história como ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, s/d.

¹⁰⁸ THOMPSON, *op. cit.*, 1987. A maldição de Adão, vol. II, pp.11-38.

¹⁰⁹ ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência de pesquisa do CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 1990. Em especial o capítulo II “A entrevista”, pp.45-100. THOMPSON, Paul. “A entrevista”. In: *A voz do Passado: História Oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1991, pp. 254-278.

¹¹⁰ ALBERTI, *op. cit.*, p. 47.

Justiça Comum à procura de ações contra fazendeiros embasadas no Código Civil de 1916 e na CLT demandadas pelos camponeses da região.¹¹¹ Embora estas, caso tenham existido, diante de recurso foram remetidas a instância de grau superior – o Tribunal de Justiça sediado na Comarca da capital – o que não impediria sua localização, pois os nomes dos autores, dos réus e o número dos processos devem ser mantidos nas varas locais em conformidade com o Código de Processo Civil de 1939.

Buscar-se-á, ainda, através da investigação da trajetória dos entrevistados, perceber suas experiências, tanto diretas (como na atuação em profissões com os direitos sociais reconhecidos na Justiça do Trabalho, o que seria factível através de uma passagem em empregos urbanos) quanto indiretas (como o conhecimento de parentes e amigos inscritos nas suas redes de sociabilidade). Não se trata de considerar exclusivamente o sucesso ou fracasso dessas demandas na justiça, mas a possibilidade aberta pela colocação de fazendeiros despojados de suas prerrogativas tradicionais como réus em processos judiciais. Isto, na hipótese aqui aventada, poderia ter contribuído para a erosão da autoridade tradicional, e, na elucidação do *porquê* do lugar destacado de Vargas na memória local. De qualquer modo, mesmo que evidências materiais não sejam encontradas, a dimensão das trocas simbólicas não pode ser abandonada, permeando a reflexão diante do material das entrevistas existentes e integrando os roteiros daquelas por realizar.¹¹²

¹¹¹ PRIORI, *op. cit.*, 1995 e WELCH, *op. cit.*, 1990, TEIXEIRA DA SILVA e LINHARES, *op.cit.*, 1998.

¹¹² Sobre a emissão do discurso oficial e as trocas simbólicas, ver o clássico trabalho de GOMES, Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

V – CRONOGRAMA

ATIVIDADES	2004												2005											
	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ
Leituras			X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X			X	X	X	X		
Trabalho nas fontes documentais			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Trabalho de Campo						X					X	X					X	X					X	
Organização das informações / fontes			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Participação nos cursos			X	X	X	X		X	X	X	X													
Elaboração dos trabalhos finais dos cursos						X	X				X	X												
Elaboração do material para a qualificação																				X	X	X	X	

ATIVIDADES	2006												2007											
	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEB	MAR	ABR	MAY	JUN	JUL	AUG	SET	OUT	NOV	DEZ
Leituras	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Elaboração do material para a qualificação	X	X	X	X	X	X																		
Exame de qualificação						X																		
Verificação de pendências: retorno às fontes								X	X	X	X	X	X											
Verificação de pendências: retorno ao campo	X							X			X	X												
Elaboração da tese							X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X					
Ajustes finais																				X	X	X		
Defesa da tese																								X